

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis e Financeiras consolidadas, levantadas em 31 de dezembro de 2020, contendo o Parecer favorável do Conselho Fiscal da Entidade e dos Auditores Independentes.

O exercício de 2020 foi um ano atípico devido a pandemia do COVID-19 que impactou todos os serviços de saúde, principalmente os hospitais nos aspectos quantidade de atendimento, receitas e despesas.

ATENDIMENTO	2020	2019	Variação
AMBULATÓRIO	106.748	106.937	-0,18%
EXTERNO	55.061	74.715	-26,31%
INTERNAÇÃO	17.356	20.511	-15,38%
URGÊNCIA	64.187	84.782	-24,29%
TOTAL	243.352	286.945	-15,19%

Houve queda significativa no número de atendimentos motivado pela pandemia COVID-19 onde principalmente nos meses de abril, maio e junho todos os atendimentos e procedimentos eletivos foram cancelados, sendo retomados gradativamente a partir de julho.

A pandemia teve influência significativa no resultado operacional do Hospital uma vez que as receitas de convênios diminuíram 16,46% e SUS 3,97% reflexos da diminuição do número de atendimentos, porém os custos com insumos subiram 11,69%, principalmente anestésicos e EPI(s) em decorrência da situação de mercado.

A situação não foi pior porque entrou muitas subvenções governamentais e também contribuições e doações aumentaram 79% e 63,51% respectivamente a mais que 2.019 e om isso foi possível a manutenção da operação.

Além do valor de subvenções e doações que foram apropriadas no custo, recebemos valores significativos acima de R\$ 9.500.000,00 que foram destinados a aquisição de equipamentos e reforma de área, melhorando consideravelmente a estrutura física e de equipamentos do hospital.

Para atendimentos a pacientes COVID incialmente a Santa Casa de São Carlos disponibilizou 8 leitos de UTI Adulto COVID e 24 leitos de enfermaria, depois passou a 18 eleitos de UTI Adulto COVID, 6 leitos de UTI Pediátrica COVID e 24 leitos de



enfermaria e atualmente 30 leitos eleitos de UTI Adulto COVID, 6 leitos de UTI Pediátrica COVID e 08 leitos de enfermaria

A pandemia também influenciou o trabalho iniciado em 2.017 de aproximação com Deputados Federais, Estaduais e Vereadores que é a busca de recursos através de emendas parlamentares não foi possível a realização.

Durante o ano de 2020, a Entidade deu continuidade aos serviços de referência em Alta Complexidade para a região coração: Tratamento do Glaucoma com Medicamentos no Âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica; Unidade de Assistência de Alta Complexidade Cardiovascular; Laboratório de Eletrofisiologia Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista;, atenção Hospitalar de Referência à Gestação de Alto Risco Tipo II; Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurologia; Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia; UNACON com Serviço de Radioterapia; Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional; Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia; UTI II Adulto; UTI II Pediátrica; Unidade de Terapia Intensiva Neonatal Tipo II - UTIN II

O número total de empregados no término dos exercícios de 2.020 e 2.019 era de 1.261 e 1.237, respectivamente.

Para o exercício de 2020, a Mesa Administrativa optou em fazer mudanças na estrutura administrativa organizacional objetivando aumentar a probabilidade de sucesso dos projetos e ações serão necessárias para alavancarmos receita, bem como reduzir despesas/custo para obtermos equilíbrio financeiro, base para todas as melhorias necessárias na Santa Casa.

Principais realizações 2.020

- Credenciamento leitos de enfermaria clínica de retaguarda pela portaria GM/MS N.º 3.945 de 31 de dezembro 2.020 pelo qual a Santa Casa irá receber mensalmente R\$ 310.250,00 para custeio desses leitos;
  - Licença de funcionamento junto ao CNEN para Medicina Nuclear;
  - Criação do IPE (Instituto de Ensina e Pesquisa)

Projetos prioritários que terão continuidade:

- Lançamento Plano de Saúde Santa Casa em parceria;



- Ampliação / Fortalecimento da Média e Alta Complexidade Hospitalar Regional;
- Dar continuidade ao projeto de inclusão como Hospital Escola, com o sétimo ano de residência médica;
  - Readequação e Modernização da Hotelaria SUS;
  - Readequação e Modernização da Maternidade;

### Outros:

Renovar contratualização com o Município para prestação de serviços ao SUS.

Sustentabilidade financeira através dos credenciamentos em andamento da Rede AVC, Leito de Ucin<sub>co</sub>, que são leitos de cuidados intermediários neonatal convencional, do ressarcimento e custeio de serviços prestados e devido a credenciamentos não são faturados que está em análise juntos as Secretarias Municipal de Saúde e Fazenda e Câmara de Vereadores.

A fonte de recursos financeiros para o atendimento e alcance de todos os objetivos propostos deverão ser oriundos do Projeto Santas Casas Sustentáveis, PRO SANTA CASA, Recursos Próprios da Entidade pela Prestação de Serviços Hospitalares SUS e Saúde Suplementar, Projetos junto a Órgãos/Entidade Públicos, doações e parcerias junto a Iniciativa Privada.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro. Em reais

120.204.935	145.670.129 120.204.935	a	Total do passivo e patrimônio líquido	н	145.670.129 120.204.935		Total do Ativo
21.833.740	5.462.521	19	Total do patrimônio Líquido				
44.227.028 (17.155.982)	43.484.212 (16.371.219)	1	Ajustes de avaliação patrimonial (AAP) Déficit acumulado	93.079.077	110.050.234	,	Total do ativo não circulante
(5.237.306)	(21.650.472)		Patrimônio líquido Patrimônio Social	1.592.313 (1.430.856)	1.606.705 (1.500.715)		Custo histórico (-) Amortização acumulada
68.122.962	85.974.028	ı	Total do passivo não circulante	(23.561.427) 161.457	(27.050.705) 105.990		(-) Depreciação acumulada Intangível
	10.001.700	, ē		95.992.652	99.118.143		Custo histórico e custo atribuído
3.422.307	4.351.372 28.887.408	16	Provisão para contingências Subvenções	72.431.225	72.067.438	10	Supverições a Receber Imobilizado
11.346.707	766.774	15	Obrigações diversas	20.486.395	8.989.398	O1	Contas a receber
1.441.470	1.282.308	14	Encargos sociais e contribuições				Realizável a longo prazo
51.912.478	50.686.166	ವ	Empréstimos e Financiamentos				Não circulante
			Não Ciro Losto	27.125.858	35.619.895		l otal do ativo circulante
30.248.233	54.233.580		Total do passivo circulante				
				38.396	12.304	ı	Despesas antecipadas
3.474.105	17.764.345	<u></u>	Subvenções governamentais a realizar	1.743.284	12.498.845	9	Subvenções governamentais
4.247.599	6.354.108	5	Obrigações diversas	129.006	134.036		Impostos a recuperar
4.477.363	5.012.109		Provisões de férias e encargos sociais	484.839	557.542	8	Outros créditos a receber
4.656.659	4.744.787	14	Salários, encargos sociais e contribuições	1.966.954	752.466	7	Adiantamentos
3.978.595	4.256.313	ದೆ	Empréstimos e financiamentos	1.730.252	2.178.974	o	Estoques
5.389,168	6.500.471	12	Prestadores de serviços médicos	14.255.314	12.083.175	<b>G</b> I	Contas a receber
4.024,744	9.601.447	<b>=</b>	Fornecedores	6.777.813	7.402.553	4	Caixa e equivalentes de caixa
			Circulante				Circulante
2019	2020	Nota		2019	2020	Nota	Ativo

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras





### Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais	<del></del>		
Subvenções Governamentais		23.628.595	13.200.140
Contribuições e doações de terceiros		3.121.538	1.909.092
Convênios de saúde privados		35.576.591	42.587.736
Receitas particulares		4.122.618	4.644.895
Sistema Único de Saúde		68.802.231	71.649.980
Outras receitas operacionais	20	9.279.643	9.396.293
Glosas de convênios		(3.582.883)	(3.765.970)
		140.948.333	139.622.166
Custos e despesas operacionais	•		
Pessoal e encargos	21	(50.657.887)	(47.819.123)
Honorários e Serviços Médicos		(48.792.762)	(50.033.718)
Materiais e Medicamentos		(31.520.928)	(28.499.885)
Depreciações e Amortizações		(3.564.856)	(3.349.688)
Outros custos gerais e administrativos	22	(11.587.349)	(14,489,286)
Provisões		(5.768.523)	(632.389)
Resultado operacional		(151.892.305)	(144.824.089)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(10.943.972)	(5.201.923)
Resultado financeiro líquido	23	(5.427.247)	(11.954.059)
Benefício Fiscal Usufruído		15.038.424	15.293.090
(-) Benefício Fiscal Usufruído		(15.038.424)	(15.293.090)
Déficit do exercício		(16.371.219)	(17.155.982)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





### ŝ

## Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Exercises images c

	Patrimônio social	Patrimônio Ajuste de avaliação social patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
Em 1° de janeiro de 2019	1.900.734	44.969.846	(7.880.836)	30,303.722
Transferência para Patrimônio social	(7.880.858)		7.880.858	i
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	742.817	(742.817)	•	1
Déficit do exercício	ı		(17.155.982)	(17.155.982)
Em 31 de dezembro de 2019	(5.237.307)	44.227.029	(17.155.982)	21.833.740
Transferência para Patrimônio social	(17.155.982)		17.155.982	1
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	742.817	(742.817)	1	ı
Déficit do exercício	1	,	(16.371.219)	(16.371.219) (16.371.219)
Em 31 de dezembro de 2020	(21.650.472)	43.484.212	(16.371.219)	5,462.521

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



### Demonstrações dos fluxos de caixa — método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u> </u>	
Déficit do exercício	(16.371.219)	(17.155.982)
Ajustes ao resultado do exercício	,	,
Depreciação e amortização	3.564.856	3.436.283
Saldo residual da baixa de bens	6.551	1.702.274
Provisões	929.065	1.141.105
Provisões de juros s/Empréstimos	-	324.230
(Aumento) diminuição nos ativos e passivos operacionais		
Contas a Receber - Serviços de Saúde	13.669.136	(1.057.426)
Subvenções a Receber	(39.642.969)	12.196.905
Estoques	(448.722)	(449.959)
Adiantamentos	1.214.488	200.672
Outros Créditos	(51.641)	417.061
Fornecedores	5.576.703 <sup>°</sup>	440.578
Prestadores de Serviços Médicos	(9.468.630)	(2.559.777)
Obrigações com Pessoal	427.837	935.119
Obrigações Tributárias	35.876	(7.679)
Subvenções a Realizar	43.177.648	(11.949.149)
Outras Obrigações	2.106.510	1.325.168
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.725.489	(11.060.577)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e Intangível	(3.152.153)	(4.212.838)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.152.153)	(4.212.838)
	(0.102.100)	(4.212.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos/Financiamentos – captação	3.030.000	55.000.000
Empréstimos/Financiamentos – Pagamentos	(3.978.596)	(42.716.170)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	(948.596)	12.283.830
Redução do caixa e equivalentes de caixa	624.740	(2.989.585)
Tourist to saint o equitable de ouixa	024.740	(2.303.303)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.777.813	9.767.398
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.402.553	9.707.396 6.777.813
Redução do caixa e equivalentes de caixa		
Trouver do caixa e equivalentes de caixa	(624.740)	2.989.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Contexto operacional

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos e a Maternidade Dona Francisca Cintra Silva, que está como parte integrante de suas atividades, é uma entidade civil, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, imune de tributação, regendo-se por Estatuto Social e demais disposições legais. A Entidade tem por objeto principal prestar assistência na área de saúde humana, principalmente médico-hospitalar. Sua Estrutura Física é formada por 30.585,21 m², (área total do terreno), e sua área construída corresponde a 26.827,88 m², está localizada à Rua Paulino Botelho de Abreu Sampaio, 573, Bairro Centro, cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Entidade excede o ativo circulante no montante de R\$ 18.613.685 (R\$ 3.092.375 em 2019). Houve um aumento significativo do capital circulante líquido negativo em relação ao ano anterior.

Observa-se também significativa diminuição do patrimônio líquido da Entidade impactado pelos constantes déficits.

Para honrar seus compromissos, e manter a operação do Hospital, foi necessário contrair mais empréstimos. O endividamento bancário demonstrou aspecto ascendente, iniciando o ano de 2020 com o indicador marcando 0,32 e encerrando o período com 0,38, ou seja, 38% do patrimônio da entidade está comprometido com empréstimos bancários.

O Ebtida também não foi positivo. No ano de 2020 passou a sua maior parte abaixo de zero. O pior período foi verificado entre abril e julho, o início da pandemia COVID-19.

Comparando a evolução das receitas e despesas, em relação a 2019, também temos um desempenho preocupante. Enquanto as receitas subiram em torno de 1%, os custos e despesas aumentaram aproximadamente 4%, o que representa R\$ 4,7 mil a mais de déficit somente na evolução.







Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os indicadores apontam para uma piora no desempenho da Entidade. É fato que o principal gerador desse desempenho é a pandemia ocasionada pelo novo Corona Vírus. É perceptível como os custos dos materiais aumentaram este ano. Adicionalmente, embora a receita total da Entidade tenha aumentado 1%, este aumento ocorreu principalmente pela troca de receita entre Convênios/Particulares e Subvenções. Ou seja, a fonte de receita saudável da Entidade sofreu uma drástica queda, o que também contribuiu para o resultado negativo em sua operação.

Para fazer frente a este cenário, os planos da Administração para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positiva compreendem as seguintes ações que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Entidade no futuro:

- Credenciamento de leitos de retaguarda, que deverão aumentar a receita;
- Ação de melhoria nos processos internos do faturamento para buscar aumentar as receitas de Convênios e Particulares;
- Negociação com a Prefeitura Municipal de São Carlos buscando o valor aproximado de R\$
  800.000,00/mensal para custeio de atividades e estruturas não possíveis de faturamento devido
  a credenciamento;
- Aprimoramento do setor de custos do Hospital, atribuindo-o maior autonomia;
- Análise de mercado para busca de novos clientes/parcerias;
- Obtenção de recursos de incentivos e subvenções públicas.

Para cumprir com suas obrigações e atender as suas necessidades de caixa mantendo a sua atividade operacional, a Entidade utiliza-se de recursos provenientes da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde — SUS, Incentivo a Contratualização, INTEGRASUS, Plantões Disponibilidade, programas RUE - Rede de Urgência e Emergência e Rede Cegonha, Convênios não SUS e Particulares, e doações realizadas pela população de São Carlos que se solidariza com a Entidade.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.



4

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 2 Base de preparação das demonstrações financeiras

### (a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 26 de fevereiro de 2021 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### (b) Demonstrações dos resultados abrangentes

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Entidade não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Entidade não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2020 e 2019.

### (c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros n\u00e3o derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- propriedades para investimentos mensuradas pelo valor justo.

P

С\_ V

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

### (e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa - disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

N

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.2 Contas a receber

Referem-se a valores de curto e longo prazo sobre atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

### 3.3 Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e de almoxarifados. A provisão para perdas e obsolescência, quando aplicável, é constituída para itens de estoque sem expectativa de movimentação para cobrir prováveis perdas na sua realização.

### 3.4 Imobilizado

Composto por terrenos, edificações, máquinas aparelhos e equipamentos, veículos, móveis e utensílios e imobilização em andamento, estão demonstrados ao valor de custo histórico e Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP). Eesta mais valia está registrada em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado (quando e se aplicável). O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

/ (<.

W

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Taxa de depreciação
Edifícios	2% a 6,7%
Benfeitorias e urbanizações	4%
Bens móveis hospitalares	10%
Veículos	20%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

### 3.5 Intangivel

O ativo intangível compreende os gastos com sistemas de informática (software) reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidos de amortização.

 $\angle \hat{C}$ 

W. Comments of the comments of



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

### 3.7 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

### 3.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### 3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes s\u00e3o reconhecidos somente quando h\u00e1 garantias reais ou decis\u00f3es judiciais favor\u00e1veis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com \u00e1xitos prov\u00e1veis s\u00e3o apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

W

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.11 Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixas), está sendo registrada diretamente no déficit aumentado no patrimônio líquido/social.

### 3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

### 3.13 Receita operacional

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência do exercício e são provenientes da prestação de serviços médico hospitalares a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS e Convênios Particulares. Outra fonte de receitas são as Doações recebidas por pessoas físicas e jurídicas, e de doações recebidas a título de Subvenção dos órgãos governamentais.

### 3.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem:

- despesa de juros e atualizações de impostos e contribuições, parcelados e não parcelados junto aos órgãos fiscais;
- receita oriundas de descontos obtidos;
- despesa com taxas administrativas de gestão de terceiros;
- receita com redução de juros e multas sobre parcelamentos tributários.

W.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 3.15 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

- Subvenção para custeio: Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.
- Subvenção para investimento: refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	19.503	10.343
Bancos conta movimento	328.930	2.700.523
Aplicações de liquidez imediata	7.054.120	4.066.947
	7.402.553	6.777.813

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

N .

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 5 Créditos a receber

			2020			2019
		Não		<u>-</u>	Não	
	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	Total	Circulante	circulante	Total
Sistema Único de Saúde	10.215.554		10.215.554	9.337.763		9.337.763
Convênios Médicos e atendimentos particulares	7.544.225	-	7.544.225	7.339.627	_	7.339.627
Diferença Plantão Disponibilidade (i)	-	1.026.207	1.026.207	-	5.324.158	5.324.158
Prefeitura Municipal de São Carlos (i)	-	5.982.407	5.982.407	-	5.982.407	5.982.407
Extra Teto Sia/AlH Alta e Média (i)	-	975.572	975.572	-	975.572	975.572
Sus - Mutirão (i)	-	1.005.212	1.005.212	-	1.005,212	1.005.212
Ajuste Monetário (i)	-	7.825.188	7.825.188	-	7.199.046	7.199.046
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação						
duvidosa (ii)	(5.676.604)	(7.825.188)	(13.501.792)	(2.422.076)	_	(2.422.076)
	12.083.175	8.989.398	21.072.573	14.255.314	20.486.395	34.741.709

- (i) As contas a receber de longo prazo, com a PMSC. De acordo com o processo n. 0016835-68.2010.8.26.0566, a Santa Casa aciona a PMSC para recebimento de valores produzidos e não pagos, bem como de honorários médicos de responsabilidade da mesma.
- (ii) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

### 6 Estoques

	<u>2020</u>	2019
Drogas e medicamentos	708.153	550.643
Materiais hospitalares (i)	1.299.598	950.153
Almoxarifado (ii)	172.624	163.744
Empréstimos de Estoques	(100.069)	_
Gêneros alimentícios	98.668	65.712
_	2.178.974	1.730.252

- (i) Trata-se materiais hospitalares, radiologia, laboratório, hemodinâmica e OPME.
- (ii) Trata-se de materiais de manutenção, segurança, limpeza, administrativo e auxiliar.



N

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7 Adiantamentos

	2020	2019
Adiantamentos a empregados	355.539	248.665
Adiantamentos fornecedores	360.605	93.613
Bloqueio judicial em conta corrente	36.322	-
Adiantamentos diversos (i)	1.616.937	1.624.676
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.616.937)	
	752.466	1.966.954

(i) Trata-se substancialmente de adiantamentos realizados para prestadores de serviços de imagem, que serão descontados na produção do mês. Em 2020, a Administração entende não tem expectativa favorável o recebimento do valor, e decidiu constituir perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

### 8 Outros Créditos a Receber

	2020	2019
Aluguéis a receber	407.773	707.192
Serviços médicos a receber	845.131	792.647
Outros créditos	8.510	10.421
Cheques a receber	74.796	7 <del>6</del> .917
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(778.668)	(1.102.338)

(i) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9 Subvenções Governamentais

	2020	2019
Subvenção Estadual		
Convênio nº 329/2016	-	993.584
Convênio nº 305/2016	-	630.000
Convenio nº. 564/2016	-	119.700
Convênio nº 620/2016	-	-
Convênio nº 290/2020 (i)	9.439.040	_
Convênio nº 306/2020 (i)	1.260.000	-
Subvenção Federal		
Convênio nº 886427/2019 (ii)	961.000	-
Convênio nº 837328/2016 (III)	139.019	-
Convênio nº 876222/2018 (iii)	599.786	-
Convênio nº 898744/2020 (ii)	100.000	-
Circulante	12.498.845	1.743.284
Convênio nº 290/2020 (i)	25.485.408	
Convênio nº 306/2020 <i>(i)</i>	3.402.000	-
Não Circulante	28.887.408	
Total	41.386.253	1.743.284

- (i) Valores a receber da Secretaria de Estado da Saúde referentes a convênios assinados dos programas Santas Casas Sustentáveis e Pró Santas Casas, destinados ao custeio onde a Entidade é obrigada à prestação de contas dos valores recebidos e aplicados, em atendimento a Instrução Normativa 001/2008, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O prazo de vigência do convênio será até 31 de dezembro de 2023, podendo ser, mediante Termo Aditivo, prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.
- (ii) Valores a receber do Ministério da Saúde referentes a convênios assinados para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atualização do parque tecnológico da Entidade.
- (iii) Valores a receber do Ministério da Saúde referentes a convênios assinados para realização de reformas na área de Maternidade da Entidade

5.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10 Imobilizado

# a. Movimentação do custo histórico e atribuído e depreciações acumuladas

Custo histórico e AAP	10/1/2014	Aquísições/	Boyica Service	T. S.	04/40/2040	Aquisições/		4	2.70
Terrenos	28 810 630	Society	Dalyas	I di isici cido	91/12/019	adições	- 1	baixas Iransferencias	31/12/2020
	20.010.000	ı	•	ı	20.010.039	1	•	1	28.810.639
Edificios	42.680.649	718.482	1	148.255	43.547.386	342.071	•	6.227	43 895 684
Benfeitorias e urbanizações	21.130	1	•		21 130	. 1	ı		21 130
Bens móveis hospitalares	21.974.681	2.913.778	(815.944)	(1.125.762)	22.946.753	12,738,045 (22,716)	(22.716)	(11,195,964)	24 466 118
Veículos	131.202	154.770	(67.544)	•	218.428		( <u>)</u>	( )	218 428
Imobilização em curso	450.967	383.347	(21.751)	(364.247)	448.316	1.252.752		(5,370)	1.695.698
	94.069.268	4.170.377	(905,239)	(1.341.754)	95.992.652	14.332.868 (22.716)	(22.716)	(11.195.107)	99.107.697
(-) Depreciação acumulada									
(-) Edificios	(7.635.333)	(1.284.101)	i	•	(8.919.434)	(1.225.051)	•	1	(10 144 485)
(-) Benfeitorias e urbanizações	(3.002)	(845)	,	5	(3.847)	(845)	١	•	(4 602)
(-) Bens móveis hospitalares	(13.129.654)	(1.988.613)	544.719	1	(14.573.548)	(2.248,465)	16.165	1	(4.002) (16.805.848)
(-) Veículos	(47.965)	(16.633)	1	1	(64.598)	(20.636)	,	•	(85.234)
	(20.815.954)	(3.290.192)	544.719		(23.561.427)	(3.494.997)	16.165	-	(27.040.259)
	73.253.314	880.185	(360.520)	(1.341.754)	72.431.225	10.837.871	(6.551)	(11.195.107)	72.067.438
								= 7	

A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-PME (R1) - Seção 23, deduzindo a contrapartida do próprio ativo recebido como subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, podendo este ser nulo. Em exercício anterior, foi acrescido ao imobilizado o custo atribuído – deemed cost - para os bens das contas de terrenos e edificações, com base em laudo de peritos independentes. A Administração não identificou perdas de redução ao valor recuperável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11 Fornecedores

### a) Composição do saldo

	2020	2019
Fornecedores de materiais consumo	7.563.021	3.709.422
Fornecedores serviços	2.038.426	315.322
- -	9.601.447	4.024.744

### b) Demonstração da idade dos saldos por vencimento

Prazo de vencimento	2020	2019
Até 30 dias	2.530.547	2.241.781
De 31 a 60 dias	391.840	504.505
De 61 a 90 dias	81.324	69.755
De 91 a 120 dias	47.809	21.409
De 121 a 150 dias	18.025	6.982
De 151 a 180 dias	15.312	6.983
Mais de 180 dias	75.002	11.846
Vencidos		
Até 30 dias	(i) 6.441.588	1.161.483
	9.601.447	4.024.744

(i) O saldo vencido encontra-se em negociação com fornecedores, conforme nota explicativa 1.

### 12 Prestadores de serviços médicos

### a Composição do saldo

	2020	2019
Repasse de honorários médicos (i)	3.164.042	2.408.711
Plantões médicos a pagar	2.570.388	2.256.596
Outros serviços médicos	766.041	723.861
	6.500.471	5.389.168





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### b Demonstração da idade dos saldos por vencimento

Prazo de		
vencimento	2020	2019
A vencer		
Até 30 dias	4.149.913	2.986.664
De 31 a 60 dias	159.572	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 120 dias	-	-
De 121 a 150 dias	-	-
De 151 a 180 dias	-	-
Mais de 180 dias	-	-
Vencidos	-	-
	i) 450.709	385.014
De 151 até 180 dias (		12.617
De 121 até 150 dias (i	17.919	5.474
De 91 até 120 dias (i	6.655	27.853
De 61 até 90 dias (i	) 4	159.053
De 31 até 60 dias (i	16.200	174.124
De 1 até 30 dias (i	<u> 1.693.378</u>	1.638.369
	6.500.471	5.389.168

<sup>(</sup>i) Os saldos vencidos encontram-se em negociação com os prestadores de serviços médicos, conforme nota explicativa 1.





### 7

## Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13 Empréstimos e financiamentos

					2020			2019
	Encargos Vencim	Vencimento		Não			Não	
Modalidade	financeiros	final	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Leasing -8729395 (iii)	20,67% a.a.	2020	r	•	l	240.409	•	240.409
Leasing - 8741719 (III)	23,40% a.a.	2021	30.838	•	30.838	370.058	30.837	400.895
Capital Giro Daycoval (ii)	14,29%a. a	2024	837.162	3.192.570	4.029.732	•	•	1
Capital de Giro Bradesco (i)	10,03% a.a.	2029	8.671.162	69.369.298	78.040.460	8.671.162	78.040.460	86.711.622
(-) Juros a apropriar			(5.282.849)	(21.875.702)	(27.158.551)	(5.303.034)	(26.158.819)	(31.461.853)
		•	4.256.313	50.686.166	54.942.479	3.978.595	51.912.478	55.891.073

(i) As garantias é a cessão de direitos de recebíveis do SUS.

(ii) As garantías é a cessão de direitos de recebíveis da Unimed.

(iii) As garantias são alienação fiduciária de bens móveis.

Movimentação:

	2020	2019
Saldo Inicial	55.891.073	43.283.015
Captações	3.030.000	55.000.000
Juros Passivos	ī	324.229
Pagamentos de principal	(3.978.596)	(42.716.171)
Saldo final	54.942.479	55.891.073





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 14 Obrigações Trabalhistas

			2020			2019
		Não			Não	_
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Salários a pagar	2.291.065	_	2.291.065	2.187.853	_	2.187.853
Rescisões a pagar	15.488	-	15.488	357.618	-	357.618
Pensão alimentícia a pagar	209	_	209	1.504	-	1.504
Empréstimos consignados	133.215	-	133.215	116.389	-	116.389
Beneficios a empregados	553.074	-	553.074	436.596	-	436.596
INSS a recolher	407.909	_	407.909	413.745	-	413.596
FGTS a recolher	410.924	-	410.924	378.950	-	378.950
IRRF a recolher	509.155	-	509.155	415.687	-	415.687
Impostos retidos	261.501	_	261.501	188.503	-	188.503
ISS a recolher	3.086	_	3.086	718	-	718
Encargos e contribuições						
parcelados (i)	159.161	1.282.308	1.441.469	159.096	1.441.470	1.600.565
	4.744.787	1.282.308	6.027.095	4.656.659	1.441.470	6.097.979

(i) Refere-se aos parcelamentos: PGFN PERT, adesão em 13/11/2017 total de parcelas 147 pagas 38restantes 109; previdenciário com adesão em 13/11/2017 total de parcelas 146 pagas 37 restantes 109, e Parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB) adesão em 13/11/2017 total de parcelas 146, pagas 37 restantes em 109.

### 15 Outras obrigações

			2020			2019
		Não			Não	
	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Prestações de serviços - Hosp. Ensino				519.300		519.300
Processos judiciais a pagar (i)	1.861.342	_	1.861.342	1.428.885	-	1.428.885
Cheques compensar	5.678	-	5.678	19.594	-	19.594
Adiantamentos (ii)	4.480.142	700.000	4.480.142	2.272.955	-	2.272.955
Obrigações diversas (ii)	6.946	66.774	773.720	6.865	11.346.707	11.353.572
	6.354.108	766.774	7.120.882	4.247.599	11.346.707	15.594.306

- (i) Trata-se de processos cíveis e trabalhistas negociados para pagamento parcelado.
- (ii) Trata-se de antecipações de pacientes e operadoras de planos de assistência à saúde sobre procedimentos médicos e hospitalares prestados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Compõe o saldo do não circulante, o montante de R\$ 66.774 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.147.660 em 2019) de honorários e serviços médicos a pagar, esses valores foram pagos substancialmente devido ao recebimento da Prefeitura Municipal de São Carlos conforme nota explicativa 5. O montante referente à atualização monetária de títulos a receber da Prefeitura Municipal de São Carlos fazem parte do processo n. 0016835-68.2010.8.26.0566, onde a Entidde aciona judicialmente a PMSC. A contrapartida está registrada no ativo não circulante, no mesmo montante, valor do passivo foi reclassificado para conta redutora de ativo. Além destes, há também o montante de R\$ 700.000 referentes a adiantamentos de faturamento recebidos de convênios em 2020, da UNFAI que utiliza dependências da Entidade, para residentes, e precisam pagar mensalmente por elas. Para reformar as salas de aula, efetuaram o adiantamento para a Entidade, que será descontado da mensalidade a partir do 2º semestre de 2021.

### 16 Subvenções a Realizar

	2020	2019
Subvenção estadual a realizar		
Convênio nº 329/2016	2.556	996.923
Convênio nº 305/2016	299	630.299
Convēnio nº 564/2016	89	109.904
Convênio nº 620/2016	_	191.621
Reforma SMU	1.191	1.191
Emenda - Dep. Rodrigo Moraes	(79)	(79)
Emenda - Dep. Roberto Massafera	208.770	209.388
Emenda – Dep. Reinaldo Alguz	6.315	98.883
Sustentáveis Conv.290/2020 (i)	9.550.395	=
Pró -Sta. Casa Conv.306/2020 (i)	1.298.296	-
Convênio nº 66/2020	61.652	-
Convênio nº 264/2020	100.000	_
Subvenção federal a realizar		
Convenio 837328/2014 - SICONV	300.000	160.345
Convênio nº 850999/2017	626	(1.984)
Convênio nº 850907/2017	357	356
Convênio nº 870065/2018	971	233.651
Convênio nº 872101/2018	488	16.616
Convênio nº 886427/2019	961.343	-
Convênio nº 876222/2018	599.786	-
Convênio nº 898744/2020	100.000	-
Subvenção municipal a realizar		
Convênio nº 01/2018	-	33.014
Prefeitura Municipal de São Carlos Conv.2019	308.120	793.977
Convênio nº 04/2020 (ii)	3.563.096	-
Convênio nº 13/2016	12.311	-
Convênio nº 07/2020	687.763	-
Circulante	17.764.345	3.474.105
Subvenção Sustentáveis Conv.290/2020 (i)	25.485.408	-
Subvenção Pró - Sta. Casa Conv.306/2020 (i)	3.402.000	
Não Circulante	28.887.408	







Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos financeiros destinados ao custeio e investimentos assinados entre a Entidade e os Órgãos Governamentais estão provisionados nesta rubrica. Os valores recebidos através destes convênios são devidamente aplicados de acordo com o objeto do mesmo, são realizadas as prestações de contas da aplicação dos recursos recebidos por conta da execução do objeto previsto, em atendimento a IN 001/2008 do Tribunal de Contas do Estado de são Paulo. São reconhecidos no resultado do exercício, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

(i) Durante o exercício de 2020, foram recebidas pela Entidade Subvenções Governamentais destinadas ao enfrentamento do Covid 19, cuja contrapartida foi registrada na rubrica Subvenções Governamentais vide nota explicativa 9, destinadas a custeio e investimentos, conforme segue:

Total geral das origens e aplicação dos recursos	2020
Adições	14.773.370
Rendimento de Aplicações Financeiras	6.512
Investimentos	(1.538.510)
Utilização Desp. com Pessoal e Terceiros	(8.318.000)
Utilização Custeio e Prest. Serviços	(1.360.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.563.096

### 17 Provisão para ações judiciais

A Entidade é parte envolvida, em ações trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável e possível os riscos de perdas nas demandas. A Administração da Entidade, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas Provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Provisão para processos cível	4.351.372	3.422.307





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

### 18 Passivos contingentes

A Entidade discute ações cíveis indenizatórias e trabalhistas, no montante de R\$ 12.265.848, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos pelo andamento, são possíveis (R\$ 9.695.324 em 2019). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

### 19 Patrimônio líquido

### a Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelas dotações iniciais, acrescidos ou diminuída dos superávits e déficits acumulados, após aprovações, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

### b Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

Registrado com base em laudo técnico de peritos independentes, refere-se à atribuição de novo valor para bens do ativo imobilizado. A realização (basicamente depreciação do ativo avaliado) está sendo registrada diretamente em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### c Déficit acumulado

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social. Em 2020, o déficit é de R\$ 16.371.219 (em 2019 foi de R\$ 17.155.982).

### 20 Outras receitas operacionais

	2020	2019
Receitas de recuperações	972.620	905.508
Receitas operacionais diversas	1.449	2.481
Receitas de arrendamento e aluguel	4.984.883	4.680.186
Receita de terceiros	2.478.964	3.425.329
Outras receitas	728.245	367.600
Receitas de processos judiciais	113.482	<u>15.</u> 189
_	9.279.643	9.396.293

### 21 Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários e ordenados	(35.267.260)	(33.612.769)
Décimo terceiro	(3.270.581)	(3.126.800)
Férias	(4.564.582)	(4.318.877)
Indenizações trabalhistas	(574.825)	(260.032)
Beneficios	(2.461.991)	(2.267.904)
FGTS	(3.910.623)	(3.713.467)
Transporte	(271.504)	(320.613)
Instrução e treinamentos	(6.374)	(38.196)
Outras	(330.147)	(160.465)
	(50.657.887)	(47.819.123)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Honorários advocatícios	(52.207)	(41.934)
Honorários de auditoria	(1.650)	(1.594)
Honorários de consultoria	(506.182)	(1.781.608)
Fretes e carretos	(24.194)	(21.087)
Serviços de terceiros	(1.153.261)	(825.022)
Aluguéis	(1.398.572)	(1.225.298)
Manutenção e consertos	(793.202)	(1.040.044)
Água, luz e energia	(1.710.087)	(1.880.651)
Limpeza	(1.994.333)	(1.851.820)
Combustíveis e lubrificantes	(29.933)	(32.145)
Material de expediente	(849.789)	(876.032)
Seguros	(89.806)	(53.133)
Locomoção	(24.451)	(79.350)
Comunicação	(116.004)	(181.022)
Propaganda e brindes	(152.446)	(168.914)
Impostos e taxas	(17.623)	(21.162)
Provisão para contingências	(2.648.217)	(4.334.625)
Outras despesas administrativas	(9.066)	(31.020)
Patrimoniais	(16.326 <u>)</u>	(42.825)
	(11.587.349)	(14.489.286)

### 23 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Ingressos financeiros		
Receitas com descontos obtidos	175.810	213.741
Receitas com rendimentos	52.358	174.486
Receitas com juros recebidos	-	10.921
Receitas com juros	18.714	9.0 <u>06</u>
•	246.882	408.154
Dispêndios financeiros		
Despesas com empréstimos	(5.402.980)	(11.924.561)
Taxas e contribuições	(96.823)	(106.736)
Descontos concedidos	(199.933)	(186.917)
Outras despesas financeiras	25.607	(143.999)
·	(5.674.129)	(12.362.213)
	(5.427.247)	(11.954.059)

**\( \)** 

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 24 Limites de gratuidade

### Sistema único de saúde

A Entidade mantém convênio com o Sistema Único de Saúde para atendimentos hospitalares, internações, atendimentos ambulatoriais e de diagnóstico - aos beneficiários do SUS. A Entidade no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei 12.101/2009, e seus respectivos decretos regulamentadores, incluindo a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, prestou ao longo do exercício de 2019, atendimento à pacientes Sistema Único de Saúde – SUS em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado.

Cálculo do total de pacientes dia e apurações dos percentuais:

	_	2020		2019
Qtde Pacientes dia – SUS	74%	51.681	71%	58.346
Qtde Pacientes dia - Não SUS	26%	17.921	29%	23.305
	100%	69.782	100%	81.651

Se a entidade atingir o percentual mínimo de 60% da prestação de serviços SUS por meio das internações hospitalares, considera-se o requisito cumprido.

Cálculo do total de atendimentos e apuração dos percentuais:

		2020	2019
	3%	342.459 <b>77</b> %	441.640
Qtde Atendimentos/Procedimentos - Não SUS 2	7%	129.692 <b>23</b> %	132.339
		472.151	573.979

Os atendimentos e procedimentos ambulatoriais podem ser incorporados à prestação de serviços ao SUS no percentual máximo de 10%.

Apuração do percentual a ser adicionado em decorrência das ações prioritárias desenvolvidas:

	2019	2018
Atendimento obstétrica e neonatal	1,50%	1,50%
Atenção oncológica	1,50%	1,50%
Atenção às urgências e emergências	1,50%	1,50%
Atendimentos aos usuários de álcool, crack e outros drogas	0,00%	0,00%
Hospital de ensino	0,00%	0,00%_
Percentual total	4,50%	4,50%





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações prioritárias são consideradas no cálculo dos serviços prestados ao SUS quando ocorre a adesão do município às Redes de Atenção à Saúde. As ações desenvolvidas pelas entidades devem estar formalizadas em instrumento contratual.

2040

Total dos percentuais de serviços prestados ao SUS:

	2020	2019
Percentual paciente/dia – SUS	74,32%	71,46%
Atendimentos/Procedimentos ambulatoriais - SUS	10,00%	10,00%
Percentual de ações prioritárias	4,50%	4,50%
Total percentual de serviços prestado ao SUS	88,82%	85,96%

Os quadros acima demonstram que a Entidade cumpriu em 2020 com os requisitos da filantropia na Área da Saúde pelo oferecimento e cumprimento de no mínimo 60% de atendimento aos beneficiários do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo atendido em 2020, o percentual de 88,82% de sua capacidade, por esse motivo, o valor relativo aos custos desses atendimentos não é apresentado como custo de gratuidade na Demonstração do Resultado do Exercício.

### 25 Benefício tributário auferido

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º, do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998 e alterações são demonstrados os valores relativos às isenções da Quota Patronal-INSS:

	2020	2019
Quota Patronal – INSS	12.365.956	12.319.459
COFINS	2.672.468	2.973.631
Total das isenções usufruídas	15.038.424	15.293.090

### 26 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e





Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

### 27 Composição dos órgãos de administração da Entidade

A Entidade conta com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – constituído de 20 mesários, eleitos por dois anos, admitidas reeleições através de Assembleias Gerais dentre os membros contribuintes, composta de um Provedor; 1º e 2º provedores; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoureiros. Tem as seguintes atribuições: dirigir a Irmandade; decidir sobre o planejamento de todos os departamentos cujos encarregados serão responsáveis pelos atos perante a mesa administrativa; resolver sobre a admissão e exclusão de Irmãos; autorizar compra de imóveis; autorizar alienação e hipoteca de imóveis; entre outras atribuições estatutárias.

**Conselho Fiscal** – tem como atribuições examinar, anualmente, as contas e os relatórios da Mesa Administrativa informações sobre qualquer assunto de interesse da sociedade; entre outras

atribuições estatutárias. Tem mandato de dois anos, admitida a reeleição. Constituído de três membros titulares e três suplentes.

### 30 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando o Parecer Técnico nº 924/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.179771/2018-97, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 1.731, de 31 de outubro de 2018 deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

### 31 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

32 Cobertura de seguro

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de liscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Dr. Antônio Valério Morillas Júnior

Provedor

CPF 627.922.968-87

Luiz Carlos Trevelin

Tesoureiro

CPF 020.113.868-96

Raphael Verri

Contador CRC SP 299756/0-7

CPF 416.569.148-83



### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas ao exercício findo em 31/12/2020, concluiu, com base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes NOVEAUD AUDITORES E INDEPENDENTES, 26/02/2021, que as referidas demonstrações refletem, emitido em adequadamente, a situação financeira, contábil, fiscal e patrimonial da Entidade e, por seus membros abaixo assinados, merecem que o citado documento seja submetido à aprovação, porém recomendamos atenção especial a "Ênfase, incerteza relevante relacionada a continuidade operacional" citada pela Auditoria Independente.

São Carlos - SP - 22 de março de 2021.

CPF.465,562.908-82

Conselheiro

RG.4.132.210

Fernando Rossi

05ø.556.288

Ângelo Aparécido Carlos R Asenha

CPF. 605,385.978-87

RG.5.395.606-0 Conselheiro



Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o Relatório do Auditor Independente

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações finançeiras	۵



### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Provedoria, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos São Carlos SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos (Entidade)*, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### Ênfase

### Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Entidade apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 18.613.685 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.122.375 em 2019), déficit no exercício de 2020 no montante de R\$ 16.371.219 (R\$ 17.155.982 em 2019). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Os planos da administração da Entidade, que incluem dentre outras, a renegociação com fornecedores e instituições financeiras, estão descritos na mesma nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

### Saldos do exercício anterior

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram examinadas por nós e emitimos relatório sem ressalva, datado de 13 de março de 2020, e continha parágrafo de ênfase relacionada aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo de ênfase acima.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



(iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Entidade a

não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações

financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do

alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as

eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos

trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de fevereiro de 2021.

9

**Inoveaud Auditores Independentes** 

CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes

Contador CRC 1SP186234/O-2